

Comunicação e Jornalismo: Conceitos e Tendências 2

Thaís Helena Ferreira Neto
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Thaís Helena Ferreira Neto
(Organizadora)

Comunicação e Jornalismo:
Conceitos e Tendências 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C741 Comunicação e jornalismo: conceitos e tendências 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaís Helena Ferreira Neto. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Comunicação e Jornalismo: Conceitos e Tendências; v. 2)

Formato: PDF
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-027-8
DOI 10.22533/at.ed.278190901

1. Comunicação social. 2. Democratização da mídia.
3. Jornalismo. I. Ferreira Neto, Thaís Helena. II. Série.

CDD 303.4833

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Comunicação e Jornalismo: Conceitos e Tendências” volume 2 é composta por 24 artigos que abordam temas das mais diferentes nuances da Comunicação.

Os autores dos artigos tematizam conceitos e perspectivas do jornalismo, dando enfoque às discussões pertinentes e sempre presentes, envolvendo gênero, *agenda-setting*, comunicação governamental, ambiental, assessoria de imprensa, cinema, política, democratização da mídia e construção midiática.

Alguns artigos tratam o gênero como categoria de análise, tematizando a mulher dentro do jornalismo. Estudos de gênero que abordam a questão no âmbito da causa e da estrutura.

Em sua história, a mulher busca posições e visibilidade nas diferentes escalas da sociedade, provando através de suas ações e conquistas que merece um lugar nos diferentes cenários, sejam econômicos, políticos ou sociais. A relação da mulher com o espaço público e privado define a posição ocupada por ela na sociedade e marca sua identidade de gênero ao longo do tempo.

Thaís Helena Ferreira Neto

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
A MULHER NO JORNALISMO DO INTERIOR: RIBEIRÃO PRETO E SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (1950-1960)	
Nayara Kobori Aline Ferreira Pádua	
DOI 10.22533/at.ed.2781909011	
CAPÍTULO 2	20
A CONSTRUÇÃO MUDIÁTICA DAS VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO NO BRASIL: ASSASSINATOS DE MULHERES COMETIDOS POR SEUS PARCEIROS E EX-PARCEIROS	
Cláudia Regina Lemes Paulo Roxo Barja	
DOI 10.22533/at.ed.2781909012	
CAPÍTULO 3	31
A REPRESENTAÇÃO DO GÊNERO FEMININO NAS PROPAGANDAS DA CERVEJA ANTARCTICA: BAR DA BOA	
Wender Rodrigues de Siqueira Munique Cristina Modesto Carla Mendonça de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2781909013	
CAPÍTULO 4	42
EMPODERAMENTO FEMININO NO RAP : DUAS LETRAS	
Cláudia Regina Lemes Paulo Roxo Barja	
DOI 10.22533/at.ed.2781909014	
CAPÍTULO 5	55
OS SENTIDOS CONSTRUÍDOS SOBRE O USO DO CORPO NU FEMININO EM PERFORMANCES ATIVISTAS	
Márcia Bernardes	
DOI 10.22533/at.ed.2781909015	
CAPÍTULO 6	66
AS RELAÇÕES PÚBLICAS COMUNITÁRIAS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA – A ONG UNA.C E AS DEMANDAS DA SAÚDE	
Éllida Neiva Guedes Marcelo Pereira da Silva Protásio César dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2781909016	
CAPÍTULO 7	81
TRAGÉDIA EM MARIANA-MG EM VEJA E CARTACAPITAL: UM CONTRATO DE COMUNICAÇÃO	
Vinicius Suzigan Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.2781909017	

CAPÍTULO 8	94
ASSESSORIA DE IMPRENSA E REPORTAGEM DE TV, TUDO A VER?	
BREVES REFLEXÕES SOBRE PODER SIMBÓLICO, CAMPO JORNALÍSTICO, IDENTIDADES E AGENDAMENTO	
Boanerges Balbino Lopes Filho	
Iara Marques do Nascimento	
Raphael Silva Souza Oliveira Carvalho	
Cássia Vale Lara	
DOI 10.22533/at.ed.2781909018	
CAPÍTULO 9	106
CARACTERIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO IDOSA ACERCA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE EM ILPIS DA CIDADE E REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE –PE	
Tamires Carolina Marques Fabrício	
Joseana Maria Saraiva	
DOI 10.22533/at.ed.2781909019	
CAPÍTULO 10	120
COMUNICAÇÃO EM AMBIENTES GOVERNAMENTAIS: TERMINOLOGIAS, FERRAMENTAS E AÇÕES	
Pedro Augusto Farnese de Lima	
Ademir Antônio Veroneze Júnior	
Boanerges Balbino Lopes Filho	
DOI 10.22533/at.ed.27819090110	
CAPÍTULO 11	132
CONCEITO DE NOTÍCIA NA ERA DO JORNALISMO COLABORATIVO E COAUTORIA	
Adriele Cristina Rodrigues	
Lucia Helena Vendrusculo Possari	
DOI 10.22533/at.ed.27819090111	
CAPÍTULO 12	141
DO ACONTECIMENTO PÚBLICO AO ESPETÁCULO POLÍTICO-MIDIÁTICO: O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF	
Andressa Costa Prates	
Rejane de Oliveira Pozobon	
DOI 10.22533/at.ed.27819090112	
CAPÍTULO 13	152
O POLITICAMENTE (IN)CORRETO NO DISCURSO JORNALÍSTICO: IMAGINÁRIO, SUBJETIVIDADE E CONSUMO	
Nara Lya Cabral Scabin	
DOI 10.22533/at.ed.27819090113	
CAPÍTULO 14	164
O ÁLBUM DE FAMÍLIA E A IMAGEM SOCIAL	
Aline Silva Okumura	
DOI 10.22533/at.ed.27819090114	

CAPÍTULO 15	173
O DESIGNO DO PODER: UM ESTUDO DE CASO DA RÁDIO INTERNACIONAL VOZ DA AMÉRICA	
Patrícia Weber	
DOI 10.22533/at.ed.27819090115	
CAPÍTULO 16	186
O JORNALISMO INVESTIGATIVO E ÀS MUTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS	
Leoní Serpa	
DOI 10.22533/at.ed.27819090116	
CAPÍTULO 17	207
O MERCADO DOS BENS SIMBÓLICOS NO SANTUÁRIO DE SANTA PAULINA	
Maria Neusa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.27819090117	
CAPÍTULO 18	219
A SEGUNDA TELA NO BRASIL: USOS E POSSIBILIDADES	
Gleice Bernardini	
Maria Cristina Gobbi	
DOI 10.22533/at.ed.27819090118	
CAPÍTULO 19	231
TELEVISÃO ABERTA, POLÍTICAS E DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL	
Carlos Henrique Demarchi	
DOI 10.22533/at.ed.27819090119	
CAPÍTULO 20	242
CINEMA <i>NOIR</i> ITALIANO: O HEDONISMO E A <i>FEMME FATALE</i> EM <i>OSSESSIONE</i>	
Alexandre Rossato Augusti	
DOI 10.22533/at.ed.27819090120	
CAPÍTULO 21	258
O IMAGINÁRIO SOCIAL SOBRE A TEMÁTICA DO CRIME NO CINEMA <i>NOIR</i> E <i>NEONAIR</i>	
Nathalia Lopes da Silva	
Alexandre Rossato Augusti	
DOI 10.22533/at.ed.27819090121	
CAPÍTULO 22	273
PESQUISA EM FICÇÃO SERIADA: UMA PROPOSTA DE REVISÃO EPISTEMOLÓGICA BASEADA NAS PUBLICAÇÕES DA INTERCOM	
Raquel Lobão Evangelista	
DOI 10.22533/at.ed.27819090122	
CAPÍTULO 23	286
QUESTÕES DE AUTORIA, SUBALTERNIDADE E OUTRAMENTO NA MÚSICA BEIJINHO NO OMBRO	
Juliana Figueiró Ramiro	
Renata Santos de Morales	
DOI 10.22533/at.ed.27819090123	

CAPÍTULO 24	300
THE LAST REMAINING LIGHT: O SUICÍDIO DE CHRIS CORNELL ATRAVÉS DA ÓTICA DO FAIT DIVERS	
Arthur Freire Simões Pires	
Fábio Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.27819090124	
SOBRE A ORGANIZADORA	314

QUESTÕES DE AUTORIA, SUBALTERNIDADE E OUTRAMENTO NA MÚSICA BEIJINHO NO OMBRO

Juliana Figueiró Ramiro

Centro Universitário Ritter dos Reis, PPG Letras,
Porto Alegre – RS

Renata Santos de Moraes

Centro Universitário Ritter dos Reis, PPG Letras,
Porto Alegre – RS

RESUMO: Neste artigo, nosso objetivo é observar questões de autoria, subalternidade e outramento na composição da música Beijinho no Ombro. Para isso, fundamentamos autoria a partir da perspectiva de Barthes (1988) e Foucault (2011, 2014) e subalternidade e outramento nos estudos pós-coloniais, principalmente com os autores Spivak (1985, 2010) e Bhabha (1998). Considerando nosso referencial teórico, propomos a realização de uma análise comparativa das duas versões da música objeto do presente estudo, olhando para autoria da letra e traços de subalternidade e outramento presentes nas duas versões.

PALAVRAS-CHAVE: Autoria. Outramento. Subalternidade

ABSTRACT: In this paper, our objective is to observe questions of authorship, subalternity and othering in the composition of the song Beijinho no Ombro. Therefore, we consider authorship

from the perspective of Barthes (1988) and Foucault (2011, 2014), and subalternity and othering from the view of postcolonial studies, especially with the authors Spivak (1985, 2010) and Bhabha (1998). Considering our theoretical reference, we propose the accomplishment of a comparative analysis of the two versions of the music object of the present study, looking at the question of authorship on the lyrics and traces of subalternity and otherness present in the two versions.

KEYWORDS: Authorship. Othering. Subalternity

INTRODUÇÃO ¹

Desde Descartes, e provavelmente muito antes dele, o pensamento filosófico vem colocando a racionalidade como preceito que fundamenta todo agir humano. Essa supervalorização acabou por construir um sentido ontológico de primazia do ser, como se apenas a racionalidade fosse a chave para que os sujeitos possam viver de acordo com verdades pré-estabelecidas. Esse pensamento autorizou movimentos colonizadores ocidentais, nos quais o europeu se posicionou como detentor do discurso que, imposto como verdade absoluta e inquestionável (FOUCAULT, 2014, 2015) constitui os sujeitos colonizados como

1. Artigo apresentado no 14º Seminário Internacional de Comunicação (Seicom) – Mídias em transformação: intermídia, transmídia e crossmídia, realizado pela PUCRS.

inferiores (BHABHA, 1998) e se consolida em ações que passam por naturalizadas no cotidiano e se perpetuam em escritos oficiais e não-oficiais e em manifestações artísticas que reafirmam uma história que insiste em ser contada sob a perspectiva de dominação.

Para Spivak (2010), esse movimento de dominação é duplamente percebido quando se trata das mulheres, pois, além de serem subalternas de seus colonizadores, o são também dos homens. De acordo com a autora (2010), o local em que habitamos é, para nós mulheres, um lugar sobre o qual não há real apropriação. Somos silenciadas, à nossa voz não é concedido espaço ou tempo para significação. Há um adoecimento da cultura, das identidades e dos valores sócio-históricos. E disso vem nossa incapacidade de nos percebermos além do que o outro diz sobre nós (LACAN, 1979).

Nesse sentido, as visões deterministas sobre os sujeitos e sua condição humana levaram à submissão do sujeito-mulher a certas verdades e imposições resultantes das relações de poder que se estabelecem a partir dessas perspectivas. Assim, no estudo que aqui propomos, analisaremos a música *Beijinho no Ombro*, de Valesca Popozuda, nas suas duas versões – a original e a sua releitura, chamada pela cantora e compositora como um movimento de sororidade –, buscando, a partir do cruzamento entre as teorias de Spivak (1985, 2010), Bhabha (1998) e Lacan (1979) estabelecer conexões entre os discursos presentes nas canções e suas relações com a existência do sujeito-mulher na nossa sociedade. Por fim, entendemos que olhar para esses discursos, assinados por alguém, é olhar para questões de autoria. Spivak (2010), em um de seus estudos, traz a seguinte questão: pode o subalterno falar? Adaptamos a pergunta: o autor subalterno é mesmo quem fala?

MULHER: UM DISCURSO

Todo sujeito se constitui de linguagem. Ela determina seu pensamento, produz sentido, e é a partir dela que o sujeito se coloca diante de si, dos outros e do mundo (LACAN, 1979). A linguagem, nas mãos dos sujeitos, foi instrumento responsável por dividir os povos, organizar as sociedades, registrar tudo aquilo que se tem hoje como história e verdade. É por meio da linguagem que o mundo simbólico se dá e que as relações se constituem e fundamentam (FOUCAULT, 2001). A linguagem afirma e perpetua a história - a história que alguém conta, a fala que alguém discursa. O modo de viver do sujeito, o que ele é e o que com ele acontece se dá a partir da linguagem.

Lacan, na obra *O seminário*, livro 11, no capítulo intitulado *O inconsciente freudiano e o nosso* (1979, p. 25), adianta um dos conceitos-chave que orientam a construção da sua teoria: “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”. Apoiando-se em Levi-Strauss, Lacan (1979) discorre sobre a estrutura que subjaz o inconsciente, no sentido de que as relações humanas são derivadas de relações outras, já determinadas. Para ele, a partir de significantes que estão na natureza, as relações humanas são

organizadas primariamente, e assim são originadas estruturas e moldes.

O autor assinala que o inconsciente, considerando a teoria proposta por Freud, “é uma cadeia de significantes que em algum lugar numa outra cena, se repete e insiste para interferir nos cortes que lhe oferece o discurso efetivo e a cogitação a que ele dá forma” (1979, p. 32). O termo crucial, nesse trecho, é o significante. Lacan expõe que Freud não teve acesso à linguística. Por isso, ao ler a obra de Freud, direciona-se para a linguística e equipara o inconsciente à linguagem.

Para Lacan (1979), é no lugar do outro que se desenrola a cadeia de significantes que determina o sujeito. É lá que se encontram os significantes que representam os sujeitos para outros significantes. O outro se apresenta, para o ser do sujeito, como o sentido de sua existência. Para ele, é o outro que nos diz.

Ao longo de seus escritos, Lacan distingue o conceito de Outro (com “o” maiúsculo) do conceito de outro (com “o” minúsculo) e utiliza as duas grafias para diferenciar as abordagens. O autor optou por tratar da alteridade a partir desses dois conceitos para diferenciar “o que é da alçada do lugar terceiro que escapa à consciência (Outro), do que é do campo da pura dualidade, no sentido da psicologia (outro)” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 558).

Na teoria lacaniana, segundo Golse (1998), o conceito de outro (com letra minúscula) remete ao outro que se assemelha ao *self*, aquele outro que a criança descobre durante a fase do espelho, a qual está relacionada à necessidade de termos o outro para que tenhamos acesso a uma dimensão de nós mesmos que seria inacessível de outra forma. O discurso do outro confere identidade ao sujeito, ele o identifica nessa dialética do conhecimento de si pelo reconhecimento do outro. Sobre o assunto, Nasio (1995, p. 266) esclarece:

Não é que eu constitua o outro a partir de mim. Muito pelo contrário, é que, se existe um eu, ele é resultado do efeito que esse outro tem em mim, ao preço dessa imagem de mim, constituída no outro e pelo outro, ficar primordialmente alienada a ele. Nessas condições, o eu nunca é senão a imagem do outro, e é assim que o mundo funciona.

O Outro (letra maiúscula), citando Nasio (1995), é aquele aos olhos do qual o sujeito forma sua identidade. Esse Outro pode ser exercido por demais representantes da cultura. A cada contato do sujeito com o mundo externo, o outro se personifica como local absoluto ou abstrato a quem o sujeito se dirige.

A partir do que nos traz Lacan sobre a linguagem, a constituição do sujeito e a relação do eu e do outro, podemos afirmar que o sujeito-mulher, na sociedade, é um apenas um ser, ao qual se atribui o rótulo, a marca mulher. A esse sujeito não só é atribuída uma identidade de gênero, como tudo que a essa identidade está implicado. Considerando as relações de poder que permeiam o social e o uso da linguagem, o que cabe a mulher é fruto de um binarismo – homem e mulher –, que, como cunhou Beauvoir (2016), numa expressão emblemática que marcou uma de suas principais obras, coloca a mulher como o segundo sexo.

Na obra *O Segundo Sexo*, Beauvoir (2016, p.11) traz a frase: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Com esse enunciado, Beauvoir aponta para o fato de que nenhum destino biológico, psíquico e econômico é responsável por definir a forma como a fêmea humana se apresenta na sociedade. É a própria sociedade que desenvolve o que ela chamou de “produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 2016, p. 11).

Nesse sentido, Foucault (1988) afirma que o corpo não é “sexuado”, apontando para o fato de que sua sexualidade é construída no discurso cotidiano, no contexto das relações de poder. Para o autor, que dedicou-se a pesquisar a história da sexualidade, essa é uma organização produzida pelo poder e atribuída ao corpo via discurso.

Butler (2016) reconhece o conceito de gênero inserido nas relações de poder e destaca o fato de que o binarismo é uma estrutura estável ao longo da história, e, por isso, pode-se dizer que quando se pensa no gênero feminino o que se está fazendo é pensar a mulher na sua relação binária com o homem. Essa relação é objeto de pesquisa nos estudos pós-coloniais e aqui iremos aprofundá-la numa próxima seção.

SOBRE AUTORIA

As primeiras teorias acerca da autoria consideram que a figura do autor remete a um indivíduo que cria, que concebe obras autênticas e originais a partir de suas próprias experiências. Chartier (1999), ao observar a história da autoria, ressalta que na antiguidade clássica o autor era mero condutor de uma mensagem divina, e, mais a frente, a concepção passa a ser de autor como gênio criador.

A partir da década de 60, essa concepção sobre a figura do autor foi questionada por teóricos que passaram a vê-la não como o originador ou o criador de uma obra, mas como um espaço discursivo no qual signos e sentidos convergem, como resultado do contexto sociocultural, de configurações e relações de poder específicas em que a obra se insere. A posição do autor é radicalmente oposta: de produtor passa a ser produto da obra, um efeito ou uma função dela, a qual somente é possível a partir da linguagem e do jogo interno do texto.

Foi nesse contexto que, em 1968, Roland Barthes proclamou “a morte do autor”, em seu texto homônimo. Controverso e mal-visto por estudiosos conservadores, o texto de Barthes descreve o autor como uma figura inventada pelo discurso da crítica para impor certos limites aos incontáveis sentidos que podem ser depreendidos a partir da leitura de um texto.

Quando Barthes fala sobre a morte do autor, é no sentido de que, para ele, “é a linguagem que fala, não o autor” (BARTHES, 1988, p. 66). Barthes argumenta:

[...] a enunciação é inteiramente um processo vazio que funciona na perfeição sem precisar de ser preenchido pela pessoa dos interlocutores; linguisticamente, o autor nunca é nada mais para além daquele que escreve, tal como *eu* não é senão aquele que diz *eu*: a linguagem conhece um “sujeito”, não uma “pessoa”, e esse sujeito, vazio fora da própria enunciação que o define, basta para fazer “suportar”

Nessa perspectiva, o autor moderno, chamado por Barthes de *scriptor*, existe com a obra, mas não pode ser vinculado a um sujeito, não existe além da enunciação do aqui e agora do texto. O tempo do autor na concepção tradicional era o passado, diz Barthes, era figura que existe antes ainda do texto, que vive, sofre, pensa e como um pai - numa concepção já trabalhada por Platão - cria e cuida do filho. Já o *scriptor* “não está de modo algum provido de um ser que precederia ou excederia a sua escrita, não é de modo algum o sujeito de que o seu livro seria predicado” (BARTHES, 1988, p. 68).

Tendo definido que o autor já não figura mais no texto como as teorias anteriores acreditavam, Barthes contribui para os estudos da autoria trazendo a noção de que um texto não é necessariamente possuidor de sentido único. Ainda, que um texto não pode ser visto apenas ou sempre como consequência da vida de um autor - a loucura de Van Gogh não pode ser a explicação para a sua obra, por exemplo. Nesse sentido, Barthes afirma:

Assim se revela o ser total da escrita: um texto é feito de escritas múltiplas, saídas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar em que essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se tem dito até aqui, é o leitor: o leitor é o espaço exacto em que se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que uma escrita é feita [...] (BARTHES, 1988, p. 70)

Portanto, o texto é um espaço “onde se casam e se contestam escritas variadas, nenhuma das quais é original: o texto é um tecido de citações, saídas dos mil focos da cultura” (BARTHES, 1988, p. 69).

Em 1969, Michel Foucault contribuiu para a discussão sobre a questão da autoria ao proferir o discurso “O que é um autor” (2011). Naquela ocasião, Foucault questionou a noção de autor, construída historicamente, que culmina em uma função autor dentro do discurso de uma cultura. Passou a se consolidar a noção de que a figura do autor e a autoria são construtos culturais em constante modificação, acompanhando questões sociais, econômicas e políticas.

Ao proferir o citado discurso, Foucault busca expandir a noção de morte do autor proposta por Barthes. Segundo ele, não basta declarar o desaparecimento do autor, mais do que isso, é necessário “localizar o espaço deixado vazio pelo desaparecimento do autor, seguir de perto a repartição das lacunas e das fissuras e perscrutar os espaços, as funções livres que esse desaparecimento deixa a descoberto” (2011, p. 57). Assim, para Foucault, importa olhar para a função autor, a qual o filósofo define como “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade” (2011, p. 8).

Em “A ordem do discurso” (2014), fala proferida por Foucault um ano mais tarde, em 1970, o filósofo trata de questões relacionadas à autoria a partir da análise das relações de poder que se estabelecem pela via do discurso e da verdade. Ele sustenta

que o discurso autorizado não é para todos, “que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (2014, p. 9). Com isso, o filósofo reconhece que o discurso é um sistema que ultrapassa a função de comunicar, ou seja, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (2014, p. 10).

O discurso, para Foucault (2014) é delimitado e controlado a partir de certos procedimentos. Tais procedimentos podem ser externos, funcionando como sistemas de exclusão, mas também internos, em que os discursos são eles próprios fonte de seu próprio controle. Esses procedimentos internos “funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição” (2014, p. 10). Nesse sentido, o filósofo supõe que em todas as sociedades existam narrativas “maiores” que são contadas e recontadas, repetidas, reafirmadas, “conjuntos ritualizados de discurso que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas” (2014, p. 21), discursos que circulam como verdades absolutas e não questionadas. Foucault argumenta:

[...] pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que “se dizem” no decorrer dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer. (FOUCAULT, 2014, p. 21, grifos do autor)

Para somar à ideia de discursos que se perpetuam como verdades e que são ditos e permanecem ditos, Foucault nomeia mais um princípio de rarefação dos discursos: o autor. Nesse caso, o autor não como o indivíduo que fala ou escreve ou (re)produz um discurso - ainda que Foucault não negue a existência deste, é claro - mas o autor como “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (2014, p. 25). O que Foucault enfatiza é a figura do autor como função. Para o filósofo, a função autor, percebida como movimento discursivo em um texto, se perfaz em um conjunto de enunciados apoiados em uma mesma base discursiva, que é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definem uma determinada época, em uma área social, econômica, geográfica ou linguística, dadas as condições de exercício da função enunciativa. Nesse sentido, Foucault afirma:

Vivemos em uma sociedade que, em grande parte, marcha ao “compasso da verdade” - ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm por esse motivo poderes específicos. A produção de discursos “verdadeiros” é um dos problemas fundamentais do ocidente. (FOUCAULT, 2015, p. 346)

Para Foucault (2015), poder é a expressão de um sistema de força. É também, ou sobretudo, uma operação positiva, que permeia as relações, forma saber, produz discursos, e produz realidade, ou, em outras palavras, o poder resulta em rituais de verdade. Em *A História da Sexualidade*, Foucault afirma que “o poder é o nome que se

atribui a uma situação estratégica complexa em uma dada sociedade” (FOUCAULT, 1988, p. 93). As relações estratégicas acontecem pela via do discurso, que é, para o autor, a forma pela qual o conhecimento se constrói, juntamente com as práticas sociais. Poder - via discurso - e conhecimento se constituem mutuamente e são mais do que apenas formas de pensamento, pois se relacionam com o corpo, o consciente e inconsciente dos sujeitos.

SUBALTERNIDADE E OUTRAMENTO

Quando falamos no tema de relações de poder e gênero estamos falando, também, no tema da alteridade. De forma genérica, pensar nesse tema é pensar nas relações do sujeito com o outro, com todo aquele diferente, que não é o eu. O reconhecimento da existência do outro é fundamental para que possamos buscar identificarmo-nos e reconhecemo-nos como pertencentes a uma determinada cultura, como partes de uma historicidade, como ocupantes de um lugar dentro do todo da existência humana.

No contexto dos estudos pós-coloniais, o sujeito colonizado é definido como outro a partir de um discurso que faz uso das estruturas de poder pertencentes à forma de pensar do ser humano. A esse discurso, pela via das relações de poder, a cultura do colonizador sobrepõe-se a do colonizado com um tom de naturalidade.

Colocando essa questão em perspectiva, o discurso do colonizador ou o próprio colonizador, pode ser visto como um grande outro para o sujeito colonizado, o qual se constituirá como outro, em uma relação infundamente binária (ASHCROFT, 2007, p. 155). Tal comparação pode ser vista por dois ângulos: no primeiro, o discurso é o que determina os termos pelos quais o sujeito colonizado dá sentido a si; no segundo, o colonizador é apresentado como o referencial absoluto do sujeito colonizado, ou seja, como modelo ideológico apresentado a esse sujeito a partir do qual ele irá perceber a si e perceber seu lugar no mundo. Nesse sentido, observamos o discurso do colonizador como balizador da formação da subjetividade do sujeito colonizado, o qual está sempre submetido ao Outro representado pelo colonizador.

Esse discurso que se mantém nas relações de dominação é visto por Bhabha (1998) como ambivalente, termo emprestado da psicanálise, em que significa a flutuação contínua entre querer alguma coisa e, ao mesmo tempo, desejar seu oposto. Essa ideia está diretamente relacionada às propostas e análises da filósofa indiana Gayatri Spivak (1985, 2010). A autora faz uso do termo “outramento” [*othering*], que descreve o processo pelo qual o discurso colonialista produz seus outros. Para a filósofa (1985, 2010), por um lado, temos o outro que domina, como o foco do desejo e do poder, representado na psicanálise pela mãe ou pelo pai. Por outro lado, temos o sujeito que deseja, o sujeito outro ao mesmo tempo excluído e criado pelo discurso do poder. Outramento é, portanto, um processo dialético e circular em que o outro dominante é estabelecido ao mesmo tempo que sujeitos outros são produzidos dentro do contexto da dominação (SPIVAK, 1985).

Segundo Spivak (1985), os sistemas de dominação se constituem com base em relações de poder as quais se consolidam a partir de discursos que, ao mesmo tempo, comunicam e perpetuam o processo de outramento. Portanto, outramento refere-se, segundo Spivak (1985), à construção de sujeitos outros, marginalizados, frente a um grande Outro que domina e define seu modo de estar no mundo. Pelo discurso, pela via da linguagem, são construídos indicadores raciais, sexuais, religiosos, econômicos, étnicos, geográficos e ideológicos de dominação sociohistórica e cultural, que definem as posições dentro da sociedade (SPIVAK, 1985).

Em consonância com a proposta de Spivak (1985) sobre o outramento, Said (1989) afirma que a noção de subjetividades outras é formada nos discursos de dominação por meio do processo de colonização, pelo qual são definidos os papéis na sociedade. Segundo o autor (1989), os sujeitos referidos como outros pertencem a grupos ou regiões fora da estrutura do poder hegemônico. Said (1989) trata da questão considerando a ideia de representação, que pode ser considerada como análoga ao conceito de outramento. Para ele (1989), são as representações estereotipadas de sujeitos, culturas ou linguagens as responsáveis por dominar a psicologia tanto do colonizador como do colonizado.

Os estudos de Spivak, (1985, 2010) e Said (1989) demonstram que o processo de outramento ocorre aos sujeitos colonizados e é perpetuamente reafirmado pelas narrativas que circulam sobre esses sujeitos. Em discursos tidos como verdade sobre determinados sujeitos, todo um povo ou uma cultura, as instâncias de formação dos dominados e seus dominadores são reafirmadas no escopo de significação e atribuição de sentido do receptor do discurso, consolidando as relações de alteridade que marcam um povo, uma etnia ou um grupo social.

Olhar para os processos de outramento com um recorte no feminismo nos leva também ao conceito de subalternidade proposto por Spivak, porque esse tema está ligado à pós-colonialidade que se verifica em expressões artísticas e suas relações com a leitura crítica e a interpretação de textos (literários, músicas, arte em geral).

Spivak propõe sua teoria acerca da subalternidade no ensaio *Pode o subalterno falar?* (1985). No texto a autora utiliza o termo subalterno para se referir aos sujeitos oprimidos ou, mais genericamente, aos sujeitos considerados de classe inferior (1985). A autora afirma, ainda, que no contexto do colonialismo, o subalterno não tem história, e, por isso, não pode falar e que a mulher, subalterna, está ainda mais nas sombras (1985, p. 287), porque além da violência epistêmica colonialista sofrida pelo sujeito-mulher subalterno quando é construído como outro dominado que anda à margem da sociedade, sofre também com a dominação masculina perpetuada pela construção ideológica de gênero.

Para a autora (2010), há uma crença errônea de que as mulheres não tem lugar na sociedade porque não podem ser representadas. Tal leitura, segundo a autora, é de fato contrária ao que é proposto no ensaio. Spivak não afirma que há falta de representatividade, mas o que ocorre é que as identidades políticas e discursivas

atribuídas às mulheres são definidas a partir de sistemas de representação determinados historicamente, de forma que os discursos que são enunciados pelas mulheres são os discursos dos outros que as dizem e que, assim, as dominam e colocam em posição de subalternas na sociedade.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

O objeto de estudo por nós escolhido é a música *Beijinho no Ombro*, lançada em 2013 pela cantora Valesca Popozuda, e uma releitura, feita em 2016, pela mesma artista. Ambas as canções foram compostas no mesmo ritmo - o funk - e a segunda versão foi definida por Valesca Popozuda como um movimento de sororidade. Nossa proposta é observar, em ambas as edições, os discursos presentes e suas relações com a existência do sujeito-mulher na nossa sociedade, buscando responder a seguinte questão: o autor subalterno é mesmo quem fala?

Antes de analisarmos o texto em si, cabe ressaltar o fato de que a primeira versão da música foi escrita por três compositores e interpretada por Valesca. Já a segunda versão foi composta pela cantora. A partir do entendimento foucaultiano de que a autoria é uma posição discursiva, destacamos que para esse estudo não interessa o indivíduo - de carne e osso - que escreveu a canção e sim a posição discursiva da função autor. A primeira versão, embora escrita por três compositores, conta a história de uma mulher falando para outras mulheres. Essa mesma posição é percebida na segunda versão.

Nas músicas podemos identificar o gênero da função autor e as destinatárias do texto, mas também o contexto de emissão desse discurso. O ritmo escolhido para a canção – um funk – e expressões como “fecha com o bonde” e “bateu de frente é só tiro, porrada e bomba” e, ainda, alguns detalhes de concordância verbal que distanciam a linguagem utilizada da norma culta da língua portuguesa, essas marcas aproximam o texto de um cenário de margem, fazendo-nos imaginar uma mulher de uma comunidade cantando para outras mulheres desse mesmo contexto social. Importante destacar dessa nossa percepção é que ela é construída a partir da história que nos é contada através da música, isso é, de um discurso colonialista que estereotipifica o sujeito subalterno. E esse fato contribui para que possamos responder a questão a que nos propomos.

Abaixo, transcrevemos a versão original (VIANNA et al., 2013) e a releitura (POPOZUDA, 2017) de *Beijinho no Ombro*, respectivamente.

Beijinho no ombro (Versão original)

Desejo a todas inimigas vida longa

Pra que elas vejam cada dia mais nossa vitória

Bateu de frente é só tiro, porrada e bomba

Aqui dois papos não se cria e não faz história

Acredito em Deus faço ele de escudo

Late mais alto que daqui eu não te escuto

Do camarote quase não dá pra te ver

Tá rachando a cara, tá querendo aparecer

Não sou covarde, já tô pronta pro combate

Keep Calm e deixa de recalque

O meu sensor de perigete explodiu

Pega sua Inveja e vai pra...

Beijinho no ombro pro recalque passar longe

Beijinho no ombro só pras invejosas de plantão

Beijinho no ombro só quem fecha com o bonde

Beijinho no ombro só quem tem disposição

Beijinho no ombro (Adaptação)

Desejo a todas as amigas vida longa,

Unidas vamos conquistar ainda mais vitórias

E vamos em frente, parceria é nossa onda

Sem intriga, sem kaô, amiga colabora

A gente junta não precisa de escudo

Voa mais alto, agora as minas “tão” com tudo

No camarote tem lugar para você

Sem essa disputa é bem melhor você vai ver.

Sororidade aqui é a palavra chave

Keep calm... vou explicar pra quem não sabe.

Sororidade é respeito e união...

Entre as mulheres... quem tá nessa sai do chão!

Beijinho no ombro agora é coisa do passado!

Tamo arrasando! Vamos juntas lado a lado!

Beijinho no ombro eu mando pra competição

Tamo arrasando! O bonde faz assim com a mão.

Na primeira versão da música (VIANNA et al., 2013), de modo geral, identifica-se a problematização trazida por Spivak (1985), no texto *Pode o subalterno falar?*, no qual a autora afirma que as identidades políticas e discursivas que são atribuídas às mulheres resultam de movimentos de representação definidos historicamente. Em outras palavras, Spivak aponta o fato de que os discursos que são enunciados pelas mulheres não são delas, e sim do outro dominante, aquele com letra maiúscula, que as diz. Isso fica evidente em muitos fragmentos.

Logo no primeiro verso da música – “Desejo a todas **inimigas** vida longa” (grifo nosso) – já podemos perceber a demarcação do destinatário do discurso contido: as mulheres, que, historicamente, são colocadas umas contra as outras, numa disputa pela atenção masculina. Na segunda frase da música – “Pra que elas vejam cada dia mais **nossa vitória**” (grifo nosso) – fica evidente uma tentativa de estabelecer as relações de poder entre as inimigas e o grupo, marcado pelo “nossa”, de pessoas vitoriosas. Nesse movimento, há uma tentativa da função enunciativa de estabelecer-se superior.

Esse sistema é reafirmado no decorrer da música, por exemplo, nos fragmentos: “Late mais alto que daqui eu não te escuto. Do camarote quase não dá para te ver”. Resgatando o que nos trazem os estudos pós-coloniais sobre a dinâmica da cultura do colonizador sobrepor-se a do colonizado com um tom de naturalidade, podemos

evidenciar a palavra camarote, que, na música, é uma forma de o locutor colocar-se superior. O termo “late”, por outro lado, tem o mesmo efeito, porém o exerce diminuindo o outro, o destinatário do discurso. A expressão “daqui eu não te escuto” é também uma tentativa, numa perspectiva espacial e física, de colocar o locutor num lugar outro, do Outro colonizador.

Outra forma de demonstrar-se poderoso, evidenciada na música, é a utilização de uma expressão na língua inglesa, usada em países reconhecidos como de primeiro mundo ou sujeitos que puderam estudar uma segunda língua, um outro idioma. A utilização da expressão “Keep Calm” traz a ideia do domínio via linguagem e, mais uma vez, evidencia uma tentativa desse locutor de colocar-se numa posição superior. A própria expressão “beijinho no ombro” já é embebida desse sentido.

Retomando Ashcroft (2007), sobre o discurso do colonizador ser um grande outro para o sujeito colonizado, isto é, um modelo ideológico, e vendo a ambivalência que existe nisso (Bhabha, 1998), fica evidente na música esse esforço de fala do subalterno, de tentar aproximar-se desse modelo ideológico, de tentar sê-lo, num movimento de aproximação com o Outro e fuga da sua própria condição.

A segunda versão da música (POPOZUDA, 2017), escrita pela autora num movimento de sororidade, que ela própria traz a explicação na música como sendo sinônimo de respeito e união. O ritmo e alguns trechos da música seguem inalterados, mas a compositora propõe mudanças que visam produzir uma nova mensagem, diferente da anterior.

No lugar de inimiga, estabelecendo a disputa, a releitura traz “Desejo a todas as amigas vida longa”, o que altera em profundidade o sentido. Na canção anterior, a vida longa era para que as inimigas pudessem ver mais, por mais tempo, a vitória das rivais. Já na releitura, o sentido de “vida longa” pode ser entendido na sua relação com os índices de violência contra as mulheres no contexto brasileiro, isto é, como uma crítica e, ao mesmo tempo, como votos de que esses índices sejam revertidos.

Na frase seguinte “Unidas vamos conquistar ainda mais vitórias”, embora carregue em si o conceito de sororidade, de alguma forma, a palavra unidas também aponta para certa fragilidade feminina, historicamente discursada. As mulheres precisam se unir pois sozinhas são insuficientes. Esse mesmo discurso, trocando o sujeito para o gênero masculino, perde um pouco de força.

Em trechos seguintes, essa interpretação é facilitada, pois existem novos reforços desse discurso. “A gente junta não precisa de escudo”, por exemplo, mais uma vez evidencia essa fragilidade. Na negativa a gente junta não precisa de escudo, está a afirmação de que sozinhas precisamos.

Spivak, sobre o outramento, diz que esse movimento é perpetuado a partir das narrativas que circulam, então, enquanto seguirmos narrando nossa própria fragilidade, assim seremos. Recuperando o que sugere Lacan, somos feitos de linguagem.

Nesse mesmo sentido, outro fragmento da música significa: “Keep Calm vou explicar pra quem não sabe. Sororidade é respeito e união. Entre as mulheres, quem

tá nessa sai do chão!”. Percebemos, primeiramente, a reafirmação da expressão na língua inglesa; em segundo a tentativa do emissor de se colocar superior, explicando para quem não sabe; em terceiro, a marcação do destinatário que não sabe: as mulheres. Mais uma vez, percebemos um estereótipo de mulher sendo reproduzido, a mulher desinformada, desconhecadora, que precisa que alguém a explique sobre as coisas.

Em ambas as versões, as quais destacamos alguns fragmentos para análise, percebemos a fala do subalterno impregnada do discurso do colonizador. Claro que na primeira versão, a música traz mais elementos para que isso possa ser observado, mas a segunda versão, que de alguma forma foi proposta para romper com esse discurso, acabou por alimentá-lo. É como se a voz do colonizador saísse da garganta do colonizado. É possível identificar o colonizado na função autor, mas não a sua voz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossas análises, o objeto de estudo escolhido relacionou-se com a questão proposta por Spivak (2010), sobre a possibilidade do subalterno falar. Aqui, nas considerações finais, trataremos de responder a nossa questão: o autor subalterno é mesmo quem fala?

Para Foucault (2011), a função autor sugere que para além do indivíduo de carne e osso, existe um autor que se manifesta no texto. Essa posição discursiva é fruto do ambiente sociohistórico e cultural em que se dá e, assim, não pode ser atribuída a um único sujeito, mas a uma coletividade do seu tempo e espaço. Nessa perspectiva, a cantora Valesca Popozuda é o sujeito que assina o texto. E a posição discursiva é a de uma mulher inserida em um contexto social e histórico definido.

Vamos além. Tendo como base as teorias pós-coloniais sobre subalternidade e outramento, que se definem pelo processo de dominação do colonizador sobre seus colonizados, defendemos que ainda que se perceba e identifique a ocupação da função autor descrita acima, sendo o autor um subalterno, é ele quem ocupa a posição discursiva, mas é o colonizador que ocupa a sua voz. Assim, não acreditamos que o autor subalterno seja mesmo quem fala.

Por fim, Spivak (2010) afirma que tentar dar voz ao subalterno, propondo uma releitura, exemplo do objeto de análise deste artigo, é incorrer num novo processo de colonização, pois, a voz que aparece nessa releitura, como vimos, ainda é a voz do colonizador. A autora (2010) sugere que a única forma de garantir a voz desse sujeito é tirando-o da condição de subalternidade.

REFERÊNCIAS

ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. **Post-colonial Studies: the key concepts**. London: Routledge, 2007.

- BARTHES, R. A Morte do Autor. Tradução Mário Laranjeira. In: **O Rumor da Língua**. Brasília: Editora Brasiliense, 1988.
- BHABHA, H. **O Local da Cultura**. Tradução Myriam Ávila. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- CHARTIER, R. Figuras do autor. Tradução Mary Del Priori. In: **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora UnB, 1999.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: a vontade do saber**. Tradução Maria Thereza da Costa. 17a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **O que é um autor, de Michel Foucault: duas traduções para o português**. Tradução Antônio Fernando Cascais, Eduardo Cordeiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Belo Horizonte: Viva Voz, 2011.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. O Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.
- GOLSE, B. **O desenvolvimento afetivo e intelectual da criança**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- LACAN, J. **O seminário: livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Tradução M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1979.
- NASIO, J.-D. **Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- POPOZUDA, V. **Beijinho no Ombro: nova versão**. Intérprete Valesca Popozuda. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=vOBB_f90B_l>. Acesso em 03 de Novembro, 2017.
- ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Tradução Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SAID, E. Representing the Colonised: Anthropology's Interlocutors. **Critical Inquiry**, n. 15, 1989.
- SPIVAK, G. C. **The Rani of Sirmur**. (F. Baker, Ed.) Europe and Its Others. **Anais...** Colchester: University of Essex, 1985
- SPIVAK, G. C. **Can the Subaltern Speak?: Reflections on the History of an Idea**. Columbia: Columbia University Press, 2010.
- VIANNA, W. VIEIRA, A. E PARDAL, L. **Beijinho no Ombro**. Intérprete Valesca Popozuda. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=73sbW7gjBeo>. Acesso em 03 de Novembro, 2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-027-8



9 788572 470278